Processo TC 027.266/2017-6 (com 69 peças)
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por Emanuel Carvalho Filho, na condição de representante do responsável falecido Emanuel Carvalho (peças 50 e 51), contra o Acórdão 14.037/2020-1ª Câmara (peça 29), reproduzido parcialmente a seguir:

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “a”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso I, da mesma Lei, as contas de Emanuel Carvalho (CPF 127.565.124-00);

(...)

9.4. aplicar ao Sr. Emanuel Carvalho (CPF 127.565.124-00), a multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268 do Regimento Interno, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas retro referidas, caso não atendidas as respectivas notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

O Tribunal, ao tomar conhecimento de que Emanuel Carvalho falecera em 15/11/2018 (peça 51), antes, portanto, da audiência que lhe foi endereçada (peças 19 e 22), decidiu, mediante o Acórdão 7.083/2021-1ª Câmara, “*tornar insubsistentes os itens 9.2 e 9.4 do acórdão 14.037/2020-Primeira Câmara, de 01/12/2020, e excluir o Sr. Emanuel Carvalho (CPF 127.565.124-00) como responsável nestes autos*” (peça 54).

Na mesma decisão, o Ministro-Relator *a quo* consignou que “*não cabe ao relator da deliberação recorrida manifestar-se sobre eventual perda de objeto do recurso de reconsideração já apresentado*”, razão pela qual os autos foram encaminhados para a Secretaria de Recursos (Serur).

A Serur, ao examinar a admissibilidade do recurso de reconsideração interposto pelo espólio de Emanuel Carvalho, propôs (peças 64 e 65):

3.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto por Emanuel Carvalho, **suspendendo-se os efeitos dos itens 9.2, 9.4 e 9.5 do Acórdão 14.037/2020-TCU-1ª Câmara**, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992;

3.2 encaminhar os autos ao **gabinete do relator competente para apreciação do recurso;**

3.3 à unidade técnica de origem, comunicar aos órgãos/entidades eventualmente cientificados do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido em face do presente recurso.

Na sequência, Vossa Excelência encaminhou os autos ao Ministério Público de Contas, para que se pronunciasse em relação ao recurso.

Ao ver do Ministério Público de Contas, o recurso de reconsideração às peças 50 e 51 está prejudicado, por perda de objeto, porquanto o acórdão recorrido foi tornado nulo em relação ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

responsável Emanuel Carvalho, em razão do seu falecimento antes da audiência. Assim, não há mais sucumbência ou interesse recursal.

Ante o exposto, o MP de Contas propõe que esta Corte não conheça do recurso de reconsideração interposto pelo espólio de Emanuel Carvalho, em razão da perda de objeto.

Brasília, 19 de Julho de 2021.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador